

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.125.239 - MG (2017/0152804-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : ATENILDO ALVES DE SOUSA
ADVOGADO : LEANDRO VIEGAS DO NASCIMENTO - MG106293N
AGRAVADO : ANTONIO TEIXEIRA VAZ
ADVOGADO : JARDELINO ALFREDO NETO - MG116704

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por ATENILDO ALVES DE SOUSA em face da decisão acostada às fls. 375-376 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pelo ora agravante.

O apelo extremo, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 590-602 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE NUNCIAÇÃO DE OBRA - CONSTRUÇÃO EM FASE DE ACABAMENTO - CUMULAÇÃO DE PEDIDO INDENIZATÓRIO - APELAÇÃO ADESIVA - INVERSÃO DE JULGAMENTO - POSSIBILIDADE - FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DO AUTOR - PRESENÇA - PREJUÍZO MATERIAL - RESSARCIMENTO - DANO MORAL - DEVER DE REPARAR - ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA - INVERSÃO - CABIMENTO - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - NÃO OCORRÊNCIA.

- Embora se devesse examinar inicialmente o recurso de apelação principal e após o adesivo, inverte-se a ordem de julgamento face ao que dispõe o art. 560 do CPC/73, aplicável à espécie.

- Para a configuração da responsabilidade civil, é imprescindível a demonstração do ato ilícito, do dano efetivo e do nexo de causalidade entre tais elementos.

- Nos termos do art. 333, incisos I e II, do CPC, o ônus da prova compete à autora, no que tange aos fatos constitutivos do seu direito e, ao réu, quanto aos fatos modificativos, extintivos ou impeditivos do direito daquele.

- Comprovado o prejuízo patrimonial efetivamente suportado, a condenação ao pagamento de indenização por dano material é medida que se impõe.

- Os fatos narrados na inicial não constituem mero aborrecimento ou dissabor do dia-a-dia. Ao contrário, é evidente o abalo psíquico causado por obra edificada em imóvel vizinho que atinge diretamente a habitação, comprometendo sua segurança e provocando danos no imóvel.

- Para que a parte seja condenada em litigância de má-fé é necessário o preenchimento de três requisitos, quais sejam: a) que a conduta da parte se enquadre em uma das hipóteses taxativas elencadas no art. 17 do CPC; b) que tenha sido oferecido à parte oportunidade de defesa; e c) que da sua conduta resulte algum prejuízo processual à parte adversa.

- Segundo dispõe o art. 20, "caput", do CPC/73, "a sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios."

Nas razões de recurso especial (fls. 315-362 e-STJ), alegou o insurgente que

o acórdão recorrido violou o disposto no artigo 333 do CPC/73, ao argumento de que o ônus da prova cabe ao autor, que não teria se desobrigado desta incumbência. Afirma, ainda, a existência de nulidade, uma vez que a Corte de origem considerou o apelo oposto como recurso adesivo.

Sem contrarrazões.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre por aplicação das Súmulas 282/STF e 7/STJ.

Inconformado, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 395-408 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. De início, consoante a jurisprudência deste Tribunal, não é possível aferir a violação ao artigo 333 do CPC/73 sem incursão no arcabouço fático probatório dos autos, o que não é cabível em sede de recurso especial.

Nesse sentido, vejam-se os precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NOTA PROMISSÓRIA. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. DOLO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 373 DO CPC/2015. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

2. "A Jurisprudência do STJ entende que não há como aferir eventual ofensa ao art. 333 do CPC/1973 (art. 373 do CPC/2015) sem que se verifique o conjunto probatório dos presentes autos. A pretensão de simples reexame de provas, além de escapar da função constitucional deste Tribunal, encontra óbice na Súmula 7 do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame" (REsp 1665411/MT, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 05/09/2017, DJe 13/09/2017).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1199439/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 09/03/2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. ÔNUS DA PROVA. ART. 333 DO CPC/73. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

IV. Na forma da jurisprudência do STJ, "não há como aferir eventual ofensa ao art. 333 do CPC/1973 (art. 373 do CPC/2015) sem que se verifique o conjunto probatório dos presentes autos. A pretensão de simples reexame de provas, além de escapar da função constitucional deste Tribunal, encontra óbice na Súmula 7 do STJ, cuja incidência é indubitosa

no caso sob exame" (STJ, REsp 1.602.794/TO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017). Em igual sentido: STJ, AgInt no REsp 1.651.346/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/06/2017.

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1145076/MA, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/12/2017, DJe 15/12/2017)

A Corte de origem, no caso, assim julgou o apelo do ora insurgente (fls. 301-302 e-STJ):

Pois bem.

Em que pesa a irresignação da parte ré, ora apelante, tenho que a razão não lhe assiste, conforme a seguir restará demonstrado.

Como sabido, é certo que aquele que causa dano a "outrem", ainda que de natureza exclusivamente moral, comete ato ilícito, estando sujeito à reparação civil, consoante os artigos 186 e 927 do CC/2002.

Desse modo, em se tratando de responsabilidade civil, a obrigação de indenizar pressupõe três requisitos: a) comprovação da culpa (comissiva ou omissiva); b) do dano; e c) do nexo causal entre a conduta antijurídica e o dano. Ausente qualquer desses elementos, não há se cogitar do dever indenizatório.

Nesse contexto, tem-se por incontroversa ser a parte autora proprietária e residente de imóvel contíguo à obra de construção de um edifício promovida pela parte ré.

É o que demonstra a farta documentação colacionada aos autos, em especial às de ff.15/15-v (escritura pública de compra e venda do imóvel pela parte autora), e de ff.89/99 (atestados, alvarás e projeto de construção do edifício em nome da parte ré), tudo isso sem contar o fato de que ambas as partes também confirmam essa relação de vizinhos.

Outrossim, muito embora tenha a parte ré impugnado a documentação acostada às ff.17/37, fácil notar que foi essa, em verdade, que não se desincumbiu de seu ônus probatório. Ou seja, não foi a parte ré, com a devida "venia", capaz de apontar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Apenas se valeu de insinuações quanto a ter sido a própria parte autora a causadora dos danos (avarias, rachaduras e deformações) havidos em seu imóvel.

Quer dizer, lançou mão a parte ré de atribuir à parte autora a responsabilidade pelas danificações reclamadas, sem, contudo, fazer prova nesse sentido.

Destaque-se que a parte ré, inclusive, ao contrário do que foi dito em suas razões recursais, desistiu da realização da prova pericial por ela requerida às ff.138/139, não tendo sequer insistido na produção da aludida prova, mesmo quando declarada encerrada a instrução processual (ff.168/169).

Registre-se que foi a parte ré inúmeras vezes intimadas a efetuar o adiantamento dos honorários periciais (ff.163, 165/167), não tendo levado a efeito tal determinação judicial.

A parte autora, por sua vez, fez juntar aos autos um laudo de vistoria técnica (ff.17/33), o qual traz em seu bojo considerações quanto aos danos estruturais encontrados em sua residência.

Referido laudo, ainda que produzido unilateralmente, não foi, repita-se, derruído pela parte ré.

Ao contrário, referido parecer, somado às demais documentações,

fotografias, e, ainda, as alegações das próprias partes, demonstram, satisfatoriamente, que a obra vizinha realmente trouxe danos ao imóvel do requerente.

E, consoante bem salientou o d. sentenciante, "o art. 1.299 do CC/02 enuncia que o proprietário pode levantar em seu terreno as construções que lhe aprouver, salvo o direito de vizinhança e os regulamentos administrativos." (sic).

Dessa feita, a despeito de possuir a parte ré projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar e pela Prefeitura Municipal (ff.89/93), cabia-lhe adotar, quando da execução da obra, as medidas protetivas aos imóveis vizinhos, o que não se verificou na espécie.

Do mesmo modo, sem razão a parte ré quanto ao argumento de não ter a parte autora comprovado aos gastos relativos à reparação do bem.

O autor fez juntar aos autos os documentos de ff.35/37, os quais demonstram, de maneira efetiva, as despesas suportadas para reparar os danos causados à sua residência (R\$4.214,43).

A respeito da distribuição do ônus da prova, leciona Cândido Rangel Dinamarco:

"(...) O princípio do interesse é que leva a lei a distribuir o ônus da prova pelo modo que está no art. 333 do Código de Processo Civil, porque o reconhecimento dos fatos constitutivos aproveitará ao autor e o dos demais ao réu; sem prova daqueles, a demanda inicial é julgada improcedente e, sem prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos, provavelmente a defesa do réu não obterá sucesso." (in Instituições de Direito Processual Civil; v. III. 2ª ed.: Ed. Melhoramentos; São Paulo; 2002; p. 73).

Dessa feita, a medida que se impõe é, realmente, a procedência do pedido inicial, com a condenação do réu a reparar os danos causados ao imóvel do autor, nos moldes como definido pela r. sentença. [grifou-se]

Como se vê, diante do conteúdo fático-probatório constante dos autos, o órgão julgador concluiu ter sido demonstrada a necessidade de reparação dos danos causados ao imóvel do ora recorrido.

Derruir as conclusões a que chegou o Tribunal de origem e acolher a pretensão recursal ensejaria o necessário revolvimento das provas constantes dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, ante o óbice estabelecido pela Súmula 7/STJ.

2. Ademais, no que se refere à alegada nulidade acerca do recurso recebido como adesivo, o insurgente não apontou especificamente os dispositivos que teriam sido vulnerados pelo aresto estadual.

No entanto, o recurso especial é de fundamentação vinculada, no qual o efeito devolutivo se opera tão-somente nos termos do que foi impugnado. Assim, a ausência de indicação expressa de dispositivos legais tidos por vulnerados não permite verificar se a legislação federal infraconstitucional restou, ou não, malferida.

Dessa forma, é de rigor a incidência do enunciado sumular n. 284 do Supremo Tribunal Federal:

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO - PROBATÓRIO DOS AUTOS. SUMULA 7 DO STJ. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO.

AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Não se revela admissível o recurso excepcional, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. No presente caso, o recorrente não indica o dispositivo legal tido por violado, em relação a condenação por danos morais e necessidade da ação de prestação de contas. Incidência da Súmula 284-STF.

2.O Tribunal de origem, amparado no acervo fático - probatório dos autos, concluiu que houve falha na prestação de serviço, e que o mandatário praticou ato ilícito apto a gerar o dever de indenizar; outrossim, concluiu que não é cabível a condenação do autor por danos morais, e que não há falar em litigância de má-fé. Assim, alterar o entendimento do acórdão recorrido demandaria, necessariamente, reexame do conjunto fático - probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1115460/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 16/02/2018)

3. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo em recurso especial e, com base no art. 85, § 11, do CPC/2015, majora-se em 10% (dez por cento) o valor dos honorários sucumbenciais fixados pelo Tribunal de origem, em favor da parte recorrida.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator